APRESENTAÇÃO DO NÚMERO ESPECIAL

O que é a ABEHACHE se não a proposta de oferecer “um espaço de debate que atualize, permanentemente, a reflexão sobre as manifestações linguísticas, literárias, artísticas, políticas, históricas e sociais do universo cultural hispânico”, como propalava a Comissão Editorial na apresentação do primeiro número? Dois anos depois, recordando que oito anos se haviam passado da sanção da Lei 11.161, a proposta do quarto número era a de abordar a questão da língua espanhola na escola brasileira e no Cone Sul, sob o prisma filosófico, de experiências e práticas que nutriam conceitualmente as relações entre a língua espanhola e o contexto brasileiro.

Em 2016, em meio ao desencadeamento de uma crise política abominável que põe em risco uma democracia ainda frágil e, agora aos dez anos da promulgação da Lei 11.161, que determinava a obrigatoriedade de oferta do ensino de língua espanhola pela escola pública nos currículos do ensino médio, nas jornadas da ABH quisemos ouvir os docentes de duas regiões do país (Nordeste e Sul), a fim de insistirmos no tema sob outro ponto de vista e observar como ocorreu a implementação da lei no plano estadual, em diferentes estados da união, considerando o tema emergente dada a situação política em que nos encontramos entre 2015 e 2016, que atingirá, direta ou indiretamente, a rota que traçava uma aproximação inusitada com as culturas, a academia e a pesquisa na América Latina, através de acordos que facilitariam o comércio entre países do Cone Sul, tais como o Mercosul ou a UNASUL, sendo este ainda mais abrangente, com doze integrantes, que atinge outros âmbitos como o político, o cultural e o social. Por esse fato, o dossiê vem a ser um número especial, devido à emergência de se analisar essa situação pela voz daqueles que responderam à chamada. Este dossiê pretende ser uma contribuição da revista da ABH, que congrega docentes e pesquisadores de diferentes estados, para refletir sobre a questão de como as políticas públicas envolvem um jogo de forças e negociação entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que buscam defender (ou garantir) seus interesses, em disputas, com a formação de blocos, bem como com seus diversos atores, lançando uma luz (ou uma sombra) ao estado da questão da língua espanhola, de grande interesse para pensar a integração latino-americana; o mercado de trabalho dos futuros egressos do ensino superior da área de Espanhol e de outros aspectos que atingem nossas redes de pesquisa e de atuação como investigadores interculturais em diferentes campos do conhecimento.

Com esse desafio pela frente, a Comissão Editorial agradece, em primeiro lugar, a todos aqueles que atenderam à chamada enviando seu artigo, pois, aprovados ou não, se dedicaram a essa proposta complexa e tentaram contribuir, a seu modo. Esperamos que, em um futuro não tão distante, possa vir a ser realizada uma cartografia geral que demonstre como, no campo linguístico, as políticas públicas necessitam de um olhar que vá da macro à micropolítica, de um plano que vá do local ao estadual e do nacional ao transnacional. Nesse sentido, a Associação Brasileira de Hispanistas pretende manter uma atitude combativa como o foi desde sua fundação, quando, no ano 2000, um punhado de docentes atendeu ao chamado (entre outros) de dois de nossos fundadores, os saudosos Professores Mario González e André Trouche, que inauguraram essa postura combativa, o que para todos passa a ser um legado. Entendemos ser fundamental repensarmos, a cada passo, o papel que cabe à Associação Brasileira de Hispanistas, entre os riscos que hoje correm as propostas de integração latino-americana e as relações interculturais de reciprocidade, não apenas peninsulares. Entretanto, temos consciência

de que, embora o dossiê traga textos que, sem sombra de dúvida, apresentam um espectro eclético, com a intenção de contribuir significativamente para oferecer diferentes enfoques a um futuro balanço da primeira década da Lei 11.161, é certo que como lei federal foi traduzida, regulamentada ou cerceada por lobbies e interesses políticos regionais. Este dossiê, seguramente, ainda não chega a representar um mapeamento geral sobre o tema no Brasil e no Cone Sul. Entretanto, pode apontar para a necessidade de uma rede de pesquisa que o realize ou de futuros dossiês que apontem para temas correlatos. E a que se deve a dificuldade do alcance de um mapeamento geral a ser realizado pela Revista ABEHACHE? Será que a revista projeta um desejo da grande maioria dos associados? A ABH atinge a grande maioria dos associados que realizam esse tipo de pesquisa, o qual exige um olhar interdisciplinar a diferentes planos do ensino de Espanhol que não se fixe apenas na universidade? Ou, como órgão da Associação, ainda não se implantou no seio da entidade? Oxalá tais questões sirvam para futuros debates. Talvez fosse um ponto a considerar a necessidade de contar, neste momento, com um processo dinâmico que, fincado em uma proposta de pesquisa em rede, pudesse obter os dados em colaboração com diferentes associações estaduais do professorado de Espanhol, a fim de respaldar o amplo espectro que o tema merece. Constatamos que a Associação Brasileira de Hispanistas tem respondido por um histórico de atuação universitária e vem, gradativamente, propondo temas e preocupações que, passo a passo, como no caso do diálogo sobre a Lei 11.161, demanda não só um enfoque interdisciplinar, como uma pesquisa que, além de propor metas ao ensino de Espanhol em outros níveis, requer uma parceria horizontal com os docentes da educação fundamental e média, passando a vê-los como sujeitos de uma prática que, com suas reflexões, poderia, de fato, enriquecer a todos. Entendamos que o dossiê apenas dá mais um passo nessa direção e, como ocorre em alguns outros núcleos de pesquisa, oxalá possa servir, de algum modo, para o exercício constante da democratização do saber, abrindo as portas aos próprios docentes da rede vinculados a grupos inovadores, não apenas no conteúdo ou nos procedimentos a serem oferecidos a outros patamares do ensino, como na flexibilidade de convidar, interagir e integrar professores desses outros níveis que, na prática educativa, poderiam retroalimentar pesquisas, democratizando o saber voltado ao ensino médio e fundamental. Refletir sobre as políticas públicas que hoje parecem desviar-se de uma lei promulgada nacionalmente, mais que nunca, exige de cada um uma busca da potência formadora de uma rede coletiva. De modo que se o resultado do dossiê pode ser visto como parcial, cabe também observar que ele surge de diálogos que tiveram lugar em duas jornadas: em Ponta Grossa (UEPG), na região Sul, e em Recife (UFPE), na região Nordeste. Não se tratava de um evento nacional, como costumam ser os congressos da ABH. Foram essas vozes que a Revista ABEHACHE conseguiu mobilizar, indicando o desejo de darmos um passo a mais em direção a uma cartografia geral sobre o que vem a ser a cidadania no ato de pensar o ensino de Espanhol e suas políticas públicas em alguns estados. Nesse sentido, no dossiê entendemos que, além do autor que atende à chamada para um número da revista, surge também a voz do associado que participou nas Jornadas Regionais da ABH. O artigo de Ligia Couto (uma das organizadoras da primeira jornada, em setembro, no Paraná, e convidada para a segunda, em Recife, em novembro de 2015), problematiza o modo como no Estado do Paraná, um dos Núcleos Regionais de Educação, como o de Ponta Grossa, determinou com uma interpretação particular a lei 11.161 no ensino médio. Tomando para si o exercício crítico, a universidade (UEPG) propôs um diálogo com a comunidade local conseguindo repercussão social, a fim de possibilitar a democratização do acesso ao idioma espanhol na região. José Alberto Poza, da UFPE, dentre outras considerações, opta por discorrer, criticamente, sobre a situação atual da lei em sua implementação e o papel das universidades no processo. Com o ensaio de Luizete

Guimarães Barros e Claci Ines Schneider, que representam a primeira e a atual presidência da Associação de Professores de Espanhol de Santa Catarina, elabora-se um breve histórico da entidade e, de mão dupla, se reflete sobre o divisor de águas que foi a promulgação da Lei 11.161 nesse estado do sul. Com a chamada do dossiê e solicitação em diferentes instituições, houve a resposta de Sara dos Santos Mota, docente da Unipampa, com Isabel D. Gonçalves, que apresenta a experiência de ensino de escolas da fronteira: Santana do Livramento com Rivera, em que estudam a formação docente, os conteúdos e métodos utilizados no trabalho interfronteiriço. Finalmente, Edilson Teixeira comenta sobre a contrapartida do modelo uruguaio em termos de ensino público do Português com a promulgação da Lei 18.437/2008.

Na Seção VARIA, agradecemos especialmente a contribuição da pesquisadora e docente argentina da Universidade de Buenos Aires, Elvira Narvaja de Arnoux, que nos oferece o estudo de uma questão diacrônica de oralidade na educação secundária, tendo por base os manuais hispânicos de retórica do início do século XIX, em que se apresenta a categoria da eloquência e seus dispositivos, vinculando-os a períodos de transformações sociais. No campo da literatura, Daniel Fernandez Guzman mostra sua reflexão sobre a violência no relato de Roberto Bolaño: *La parte de los crímenes*. O ensino de Espanhol como Língua Estrangeira tem no artigo de José Ricardo Dordron de Pinho um enfoque específico na pronúncia, como parte de uma pesquisa que apresenta dados, resultados e considerações sobre a questão.

Graças à gentileza e disponibilidade da poeta venezuelana Gina Saraceni, foi possível não só realizarmos a seção de entrevista, lamentando a dificuldade de ter sido apenas virtual, como também o acesso a alguns de seus poemas, selecionados para este número na seção Quarta capa.

Além dos artigos, as resenhas abordam diferentes obras recentemente publicadas em três espaços bem diferenciados. A primeira, *Los libros de los suicidas*, é uma viagem pelas ruínas de uma região destrocada do Oriente, contribuição do pesquisador andaluz José Luís Chillón Plaza, que aborda a obra de Dionisio Cañas, a qual comunica, em verso e prosa, alternadamente, a tragédia atual dos conflitos bélicos em que o corpo atua como arma de combate, até mesmo solitário. Em meio a destroços, há uma religião que comanda os atos enquanto falta o reconhecimento do Ocidente, diante de seus equívocos fatais na região. A resenha do escritor Damian Cabrera repassa a obra de Ticio Escobar *Imagen e intemperie: las tribulaciones del arte en los tiempos del mercado total*. Questões como a perda da aura, o mercado da arte e a história desse segmento perpassam o tom ensaístico da obra do ex-ministro da Cultura do Paraguai, eminente intelectual que lança luz sobre esses tempos sombrios para a partilha do sensível. A terceira resenha apresenta um ensaio escrito a quatro mãos, de Adenilson B. de Albuquerque e Gilmei F. Fleck, que estuda dois romances históricos cujo tema é a Guerra de Canudos e *Os sertões* como base intertextual. Um deles é o relato de Vargas Llosa - *La guerra del fin de mundo* (1982) e o outro *O pêndulo de Euclides* (2009), do brasileiro Aleilton Fonseca. A resenha enviada por Cristian Lopez descreve os capítulos da obra, demonstrando como o livro de Llosa possui múltiplas perspectivas e o de Aleilton Fonseca, romance histórico recente, faz a mediação entre literatura e história.

A Quarta capa contém uma amostra sugestiva da presença feminina marcante no cenário poético latino-americano. Refiro-me a Susy Delgado, poeta bilíngue que nos envia dois poemas inéditos, aclimatados aos tempos recentes de um Paraguai golpeado por acontecimentos impactantes. A outra escritora é Gina Saraceni, venezuelana que compartilha conosco alguns de seus poemas. Agradecemos especialmente às duas autoras pela contribuição à edição especial da ABEHACHE.

Finalmente, ao leitor só podemos desejar que faça desse número um modo de penetrar nos meandros que as questões da implantação da Lei 11.161 sugerem e, caso seja de seu interesse, siga enviando para a próxima chamada do periódico aquela reflexão que esperava ler aqui sobre o caso em seu estado, para estabelecer com os demais colegas um vínculo dinâmico no interregno dos eventos.

Insistimos em agradecer ainda a todos aqueles que figuram, direta ou indiretamente, neste número especial da revista e também ao Conselho Editorial e a novos colegas a quem recorreremos como pareceristas *ad hoc*. E de modo inequívoco é preciso reconhecer a paciência com que a colega Ariadne Costa foi repassando o *modus operandi* dessa tarefa que é o da edição de um periódico. Também não poderíamos esquecer a eterna gratidão a duas pessoas que acompanharam os últimos momentos dessa tarefa, com dedicação, rapidez e atenção ao trabalho de revisão de Maricélia Nunes dos Santos e o de diagramação e webmaster de Maurici de Oliveira nesses momentos de árduo trabalho coletivo. Confiram, critiquem, mas prestigiem a ABEHACHE. Com ela, a ABH caminha.

Comissão Editorial